

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**PORTARIA Nº 11/2017-GP, 25 de maio de 2017.**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no *caput* do art. 48, no inciso III do art. 54 e na alínea "a", inciso I do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**DESEMBARGADORA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO**  
Presidente do TRE/RJ

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>431.442.303,45</b>	<b>624.148,43</b>
Pessoal Ativo	291.514.698,60	624.148,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	139.927.604,85	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>134.136.026,69</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.679.534,70	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	128.456.491,99	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>297.306.276,76</b>	<b>624.148,43</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>297.930.425,19</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)</b>		<b>718.531.431.000,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>		<b>0,041464%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,104158</b>	<b>748.407.967,90</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,098950</b>	<b>710.987.569,51</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,093742</b>	<b>673.567.171,11</b>

FONTE: SIAFI emitido pela SOF/COFIN e COFIC/TSE em 19/05/17.

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei nº 4.320/64;
  - Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;
- No item II do RGF não foram consideradas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 17.083,29, já que se referem ao período em apuração, conforme consta nos processos 90.668/16, 134943/16, 320805/16, 366754/16, 368032/16, 1081/17, 4115/17 e 4117/17;
- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017.

**FERNANDO JOSÉ DA FONSECA**  
SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**ELIZABETH SILVA VIANA**  
SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

**ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA**  
DIRETORA-GERAL

